

PATRÍCIA CARVALHO



PORTUGUESES NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZIS

As Histórias dos Portugueses
Deportados para os Campos da Morte
de Adolf Hitler

v o g a i s

chaleite de 4 andares
em cada separação 5-
lugares mas em agosto 44
que istavamos 70.000 em
Buchenwald em lugar de 5
pessoas nos colocaram 10 entre
cada separação entam ja vez
como sardinhãs; a direita
como a esquerda tinham
sempre um par de pés adiante
do nariz mas com a fome
que tinhamos não se sentia o
perfume



Para o Quim, a Bela, a Laura, a Gena e a Nora.

Os meus irmãos.

ÍNDICE

Nota da Autora	9
1. Requisitados e deportados	11
2. Rachel Basista, de Lisboa para Auschwitz	31
3. Michael Fresco e os seus irmãos	45
4. As duas Marias	67
5. Júlio Laranjo, o menino de Alcácer do Sal	95
6. André, Acácio, Joaquim e a busca a Lacapelle -Biron	105
7. Casimiro Martins, morto aos pés de Hamburgo .	125
8. Luiz Ferreira, o comunista	143
9. Bernardino e o «Comboio da Morte»	159
10. Emílio e os outros	169

11. Portugueses ou talvez não	207
12. O que ficou por contar	221
Agradecimentos	235
Anexo	239
Fontes	249

NOTA DA AUTORA

Este não é um livro de História. É uma reportagem que aborda muitos aspectos pouco conhecidos de uma parte da nossa História, num período particularmente sensível: a Segunda Guerra Mundial.

O principal objectivo desta extensa reportagem, agora transformada em livro, e que foi publicada, numa versão menos aprofundada, em 2014, no jornal *Público*, foi, em primeiro lugar, descobrir se tinham existido portugueses nos campos de concentração nazis e, em segundo, confirmada a sua existência, contar as suas histórias.

Ao contrário de outros trabalhos sobre este período, que abordaram a realidade dos judeus de ascendência portuguesa, a pesquisa realizada para este trabalho centrou-se,

exclusivamente, em pessoas efectivamente nascidas em Portugal. Apesar de algumas delas se terem naturalizado francesas, decidi incluir as suas histórias no livro, uma vez que todas elas nasceram, de facto, em Portugal.

Os casos em que persistem dúvidas sobre se as pessoas identificadas pelos serviços oficiais da época como portuguesas nasceram, de facto, em Portugal, são abordados no Capítulo 11.

1

REQUISITADOS E DEPORTADOS



Haftl. Name Vorname Get.Dat. Get.Ort Todesdatum
Nr.

O.C.C. 2/2

IC/2

Zugangslisten

Von RSHA und der Slowakei

7. 6. 42 - 27. 6. 42

Gesamte Blattanzahl: 115

O telegrama foi enviado pela embaixada portuguesa em Vichy, França, na sexta-feira, 26 de Maio de 1944. «Autoridades alemãs prenderam os portugueses Luiz Júlio e Acácio Pereira. O primeiro, nascido a 2 de Setembro de 1905, dirige uma exploração da sociedade anónima Bagnacarina onde se encontra há treze anos e foi preso em Bagnac por autoridades alemãs a 12 de Maio último, foi levado para Montanpan e em seguida para a Alemanha. O segundo, contramestre da empresa Souchal, foi preso pelas SS às 5h00 da madrugada no seu domicílio e conduzido para Agen. Entreguei nota na embaixada alemã reclamando contra detenções e pedindo libertação»¹.

Não era a primeira vez que chegavam a Lisboa notícias de portugueses detidos sem razão aparente ou «requisitados» pelas autoridades alemãs em França. Já a 11 de Outubro de 1942, o Governo português dava sinais de preocupação com o facto de os portugueses poderem estar a ser incorporados no contingente de cidadãos franceses enviados para trabalhar na Alemanha, perguntando, num telegrama

¹ A todos os telegramas citados foram acrescentadas partículas (como os artigos definidos «o» ou «a») ou pontuação que tornam mais compreensível a sua leitura, mas sem interferir com o sentido da mensagem.

enviado de Lisboa: «Dizem de Berlim que as autoridades alemãs estarão requisitando mão-de-obra portuguesa em igualdade de circunstâncias com trabalhadores franceses, usando ameaças quando há recusa. O cônsul de Portugal apresentou protesto. Não se saberá aí nada a esse respeito?». A primeira resposta, enviada dois dias depois, dizia que a informação chegada da capital do Reich «deve carecer de exactidão», com o argumento de que «o Governo francês nada sabe a esse respeito». Contudo, a 16 de Outubro, as notícias enviadas de Berlim acabam por ser confirmadas. «O cônsul-geral de Portugal em Paris confirma a notificação feita a operários portugueses na zona ocupada», diz o telegrama enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português. O documento refere ainda que a mesma notificação «estabelece como sanção para os que não queiram ir trabalhar na Alemanha a perda da carta de alimentação e da carta de trabalho» e termina dizendo que «a reclamação do cônsul parece ter sido atendida».

Não seria assim, conforme é possível verificar com a leitura da correspondência diplomática mantida entre o MNE e os representantes portugueses na França e na Alemanha, durante a guerra. Apesar de a «ordenança expedida a 7 de Novembro (de 1942)» pelos alemães afirmar que «os nacionais de países neutros não podem ser compelidos a partir para

a Alemanha» — referida num telegrama enviado de França para o MNE português a 28 de Dezembro desse ano —, os portugueses vão continuar a ser levados para o país governado por Adolf Hitler.² Os anos seguintes, sobretudo o de 1944, serão marcados por sucessivos protestos das autoridades nacionais e pelas promessas alemãs de que os portugueses serão excluídos das requisições, sem que, contudo, isso se venha a concretizar. Mas o que torna o telegrama de 26 de Maio de 1944 diferente de quase todos os outros relacionados com o tratamento de trabalhadores portugueses pelas forças ocupantes é o facto de ele não se referir a casos gerais, identificando claramente duas pessoas. E o facto de uma delas, Acácio Pereira, não ter sido enviada para uma fábrica germânica, mas para o campo de concentração de Dachau. Ele e dois outros portugueses, detidos no mesmo local e no mesmo dia, André de Sousa e Joaquim Sequeira. Apesar de as detenções terem ocorrido na pequena localidade de Lacapelle-Biron e de parecer pouco provável que todas elas não fossem do conhecimento de quem informou a embaixada portuguesa do destino de Acácio Pereira, a verdade é que não há qualquer referência aos nomes de André ou Joaquim neste telegrama nem nas comunicações seguintes.

² Há também cidadãos nacionais que vão trabalhar de livre vontade para a Alemanha, mas não é desses casos que tratamos aqui.

Aliás, a reacção imediata de Lisboa ao telegrama de Vichy não dá sinais de grande preocupação. As instruções que chegam a França, no mesmo dia 26 de Maio, indicam «não ser caso de renovar instruções dadas em França, pois o comando alemão, já depois da total ocupação³, insistira mais uma vez por cumprimento da ordem no sentido da proibição de alistamento forçado no trabalho de súbditos de países neutros e tais ordens não podiam deixar de ser conhecidas e cumpridas». O telegrama dizia mesmo que os alemães tinham pedido aos serviços nacionais os elementos de identificação dos portugueses afectados para «remediar o mal onde o tinha havido».

Este último telegrama parece reproduzir o teor de um outro, enviado de Berlim para Lisboa a 25 de Maio, em resposta a uma mensagem do MNE para a embaixada na capital alemã, a 1 de Maio, dando conta de que os cônsules portugueses em Toulouse e Lyon tinham denunciado a prisão de cidadãos nacionais «domiciliados na zona francesa do Sul». O MNE pedia ao representante do Governo português em Berlim que desenvolvesse «diligências»

³ Quando da assinatura do armistício, a 22 de Junho de 1940, a França foi dividida em duas partes, ficando o Norte sob ocupação alemã (incluindo Paris), e o Sul, denominado Zona Livre, sob o domínio do regime colaboracionista do marechal Pétain, instalado em Vichy. A 8 de Novembro de 1942, e na sequência dos ataques dos Aliados no Norte de África, todo o país seria efectivamente ocupado pelas forças alemãs.

junto do governo de Hitler. A resposta demoraria vinte e cinco dias a chegar: «(...) Instei director geral competente que, depois de vários dias, me disse não ser o caso de renovar instruções dadas em França, pois o comando alemão já depois da total ocupação insistira mais de uma vez por cumprimento de ordens no sentido da proibição de alistamento forçado de súbditos de países neutros e tais ordens não podiam deixar de ser conhecidas e cumpridas. Admitindo, porém, a possibilidade de que tenham sido por lapso constrangidos alguns portugueses, pediu que lhe fossem fornecidos todos os possíveis elementos de identificação de casos concretos, para facilitar às autoridades alemãs remediar o mal onde o tenha havido.»

Antes que Lisboa atendesse a este pedido, a embaixada de Berlim faz chegar uma nova mensagem ao MNE, enviada a 31 de Maio, mas recepcionada apenas a 2 de Junho. «(...) Acabo de receber carta assinada por Luiz Júlio constando do seguinte: é X⁴ Governo português; residia em Bagnac (ou Bangac, como o interessado escreve), Lot; era 12 do corrente Maio quando manhã cedo chegaram os alemães e sem darem tempo de buscar documentos de identidade, que diz estarem em ordem, nem atenderem aos

⁴ Reprodução exacta, ainda que incompreensível, do que consta no telegrama.

seus protestos, o trouxeram à força para a Alemanha, chegando a Eger a 25 do corrente, no próprio dia em que escreve, de onde vai ser levado para trabalhar, não sabe para onde vai. Quer voltar a trabalhar em Bagnac e pede para ser protegido. A carta parece traduzir a verdade. Impossível averiguar, visto tratar-se da zona Sul de França. Encarreguei o Consulado de Portugal em Berlim de tentar pôr-se em contacto com o interessado.» Sobre Acácio, que nesta altura ainda se encontrava em França, aguardando a deportação para Dachau, nem mais uma palavra.

Aliás, nem sobre Acácio nem sobre os outros portugueses que foram deportados para os campos de concentração nazis. Quando, a 8 de Junho de 1944, dois dias depois do desembarque das tropas Aliadas na Normandia, o MNE responde ao pedido de identificação de cidadãos nacionais, detidos ilegalmente pelas autoridades alemãs, o longo telegrama não inclui o nome de um único deportado para os campos de concentração. «Em referência ao seu telegrama 142, forneço elementos de identificação de casos concretos de operários portugueses trabalhando em França. José da Fonseca, Roberto Matos e Manuel Marquez foram presos em Brive pelas autoridades alemãs em virtude da sua afectação ao trabalho obrigatório. José Mendes, pedreiro, casado, domiciliado em Labérandie Lot, foi convocado

por Office de Placement Allemand, 4 Rue Wilson, Cahors. Manuel Guerreiro Carrapeto, condutor de guindaste, residente em Châlone-sur-Saone, Rue de la Paix, 30, foi preso no seu domicílio, no dia 15 de Março de 1944, pela polícia alemã e enviado para a Alemanha, trabalha actualmente numa fábrica de Viena: O.B.G. Ofenban G.E.S. —M.S.H. — Engerthstrasse, 126. José Pereira Lopes, casado, comerciante, domiciliado em Egletons (Place de la Terrasse), no Departamento de Corrèze, foi preso pela polícia alemã sem motivo justificado, em Abril de 1944, e conduzido à Komandature Limoges, no Departamento de Haute-Vienne. Benjamim António Sequeira, domiciliado em Villeneuve, no Departamento de Tarnm, trabalhando na empresa Alexandre Guilniani de Angles, e o lenhador António Ferreira Pinto, residente em St. Girons (Ariège), foram requisitados por ordem da Comissão franco-alemã de mão-de-obra, respectivamente em 22 e 25 de Abril de 1944. Álvaro Pinto de Magalhães, domiciliado em Thule, e Manuel Ferreira, domiciliado em Meyssac, no Departamento de Corrèze, foram presos pela polícia alemã sem motivo justificado. Campos Dias e Gonçalves Ribeiro foram igualmente presos pela polícia alemã; trabalhavam na empresa de Trabalhos Públicos “André Borie” de Argentat, no Departamento de Corrèze, sendo o último convocado

em 21 de Abril para o “Camp de Chapellies” em Brive e em seguida enviado para a Alemanha. Encontra-se actualmente em Stule, 71 Lager-Marie-Bitterfelt Miltel (Allemagne).»

Dias depois, a 19 de Junho, novo telegrama seguia para a Alemanha, com informações adicionais. «(...) O cônsul de Portugal em Toulouse informa terem procedido ultimamente as autoridades locais e de ocupação à requisição, sequestro e deportação de trabalhadores portugueses na zona sul. São convocados sob pena de prisão para “visita médica”, ficando detidos e sendo incorporados em serviços de trabalho obrigatório em França (organização alemã “TODT”) ou deportados para a Alemanha. Outros são procurados de noite nos seus domicílios pela polícia francesa ou Guesta-po⁵ e são conduzidos para lugares desconhecidos. Peço a V. Ex.^a a continuação de diligências junto desse Governo, tendentes a terminar esta incorporação ilegítima.»

Apesar da referência, nesta última mensagem, a «sequestro e deportação» e à prisão, durante a noite, de cidadãos portugueses pela Gestapo, o Governo português continua a referir-se a estes casos como de «incorporação ilegítima» no trabalho obrigatório. Não sabia que, muito provavelmente, alguns casos que lhe foram comunicados envolviam a

⁵ Foi mantido o erro que consta do documento original.

deportação de portugueses para campos de concentração? Julgava que tal seria impensável, visto Portugal ser um país neutro? De Berlim, o embaixador Almeida Pile responde ao telegrama de 8 de Junho afirmando que «este Ministério dos Negócios Estrangeiros diz já ter expedido instrução às várias autoridades locais no sentido da libertação imediata» dos portugueses referidos. A 5 de Julho, o embaixador envia informações actualizadas sobre as negociações com os alemães, num telegrama que denota algum cansaço com o comportamento germânico. «Fui hoje recebido pelo secretário de Estado cuja audiência solicitara a pretexto de cumprimentos, mas para ver se consigo fazer andar o assunto dos operários portugueses obrigados a trabalhar na Alemanha, que com excelentes e constantes promessas se ia arrastando. Recebeu-me com extrema amabilidade, começando por conduzir a conversa em tom muito afável sobre generalidades. Quando falei dos nossos trabalhadores, manteve o mesmo tom, prometeu pronta satisfação e logo à minha frente deu ordem para o rápido andamento da investigação. Penso que a forma como decorreu a audiência talvez mostre que estão de espírito a nosso respeito», refere o telegrama.

Não há, posteriormente, nos telegramas entre a representação diplomática portuguesa em Berlim e o MNE, ao

longo de todo o ano de 1944, qualquer indicação de que os pedidos portugueses tenham sido atendidos. E, muito menos, qualquer referência aos vários portugueses que ao longo dos meses de Julho e Agosto desse ano haveriam de ser deportados de França para os campos de concentração — tal como já acontecera nos primeiros meses de 1944, em 1943 e em Junho de 1942, com a deportação do judeu português Michael Fresco para Auschwitz. Os termos «português» e «campo de concentração» aparecem juntos num único telegrama, enviado do consulado português em Berlim a 4 de Agosto de 1944, explanando: «Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que seguiu hoje de avião para Lisboa Joaquim Rodrigues de Sá, que esteve internado num campo de concentração e foi entregue ao consulado por se ter reconhecido a nacionalidade portuguesa e repatriado por ordem da Legação de Berlim». O ITS (International Tracing Service), que guarda os arquivos dos campos de concentração nazis, não tem qualquer registo da existência deste português, nem foi possível descobrir em que campo esteve internado, ou as circunstâncias em que lá chegou. Contudo, como veremos mais à frente, o reconhecimento da nacionalidade portuguesa de um prisioneiro não era motivo para que as autoridades alemãs o libertassem. Dezenas de portugueses, identificados como tal, foram

deportados para os campos nazis e ali mantidos, até morrerem ou serem libertados. Aparentemente, sem a interferência do regime de Salazar.

Os testemunhos recolhidos sobre estes casos não dão conta da intervenção das autoridades portuguesas nestas prisões e deportações, que terminaram, em alguns casos, com a morte dos deportados. As exceções são os casos de Acácio Pereira e de Casimiro Martins, ambas sem consequências para os afectados. Casimiro foi deportado para Dachau a 9 de Agosto de 1944 e viria a morrer no campo de concentração de Neuengamme, às portas da cidade alemã de Hamburgo, a 18 de Dezembro desse ano. Quando foi detido, o irmão Emmanuel, que habitava na mesma povoação francesa nos Pirenéus, pediu ajuda ao cônsul português em Pau. Este ainda escreveu ao prefeito dos Altos Pirenéus, em Tarbes, pedindo informações sobre a prisão de Casimiro e referindo: «Se o motivo da sua detenção for insuficiente, peço-lhe, senhor prefeito, que o liberte.» A resposta é curta: «Em resposta à sua carta, tenho a honra de o informar que efectuei diligências junto do comandante da polícia de segurança alemã, sobre o seu cidadão, Casimiro Martins, detido pelas autoridades alemãs no dia 10. Ele indicou-me que o Sr. Casimiro Martins foi acusado de ter fornecido provisões a terroristas.» Depois desta resposta,

não há qualquer indício de novas diligências consulares para tentar libertar Casimiro, como se os motivos da sua detenção fossem, afinal, considerados «suficientes».

II

Portugal manteve-se neutro durante a guerra de 1939–1945, mas isso não significa que o país e os seus cidadãos se mantiveram à margem do conflito que devastou a Europa, pela segunda vez no mesmo século, depois da Grande Guerra de 1914–1918.

Enquanto no território nacional se desenvolviam as contradições de uma política espartilhada entre alguma simpatia por Adolf Hitler e a antiga amizade e aliança com Inglaterra, com Salazar a fazer tudo para manter o país fora do conflito, os portugueses que tinham emigrado para França sentiam na pele os efeitos directos da ocupação, dos bombardeamentos e das prisões. Enquanto Lisboa era solo fértil para os espões, e os refugiados que conseguiam ultrapassar as resistências da política de Salazar aguardavam por um barco que os levaria para outros destinos, havia portugueses a juntarem-se à Resistência ou a serem apanhados em buscas a aldeias francesas, que culminavam na detenção de todos os homens que não fossem demasiado jovens ou

velhos para trabalhar a favor do esforço de guerra alemão. Enquanto o território nacional era palco de trocas de prisioneiros de guerra, alguns portugueses desapareciam no sistema de campos de concentração nazis.

Nas primeiras décadas do século xx, a emigração portuguesa não olha para a Europa como território privilegiado, preferindo o continente americano ou a África. Contudo, sem ser um destino de massas, como o que viria a acontecer na segunda metade do século, a França aparece como território preferencial na Europa para os portugueses que, por razões económicas ou políticas, procuram outro país para se instalarem.

Os dados do Musée de l'Histoire de l'Immigration indicam que, no início do século xx, o número de portugueses a habitar em território francês era tão residual que os cidadãos nacionais nem sequer são referidos nos censos. A situação muda com a Primeira Guerra Mundial, quando a mobilização de milhões de franceses obriga as autoridades deste país a procurarem mão-de-obra além-fronteiras. No período de 1914–1918, cerca de 22 mil portugueses vão para França trabalhar. Depois de Portugal entrar no conflito, em 1916, chegam também os soldados portugueses, alguns dos quais acabarão por se fixar no Norte e no Leste do país, optando por não regressar a casa. Juntem-se os

exilados políticos que fogem da ditadura portuguesa depois de 1926 e o número de portugueses em França passa a ser relevante. Ao recenseamento francês de 1931 respondem 49 mil portugueses — homens, sobretudo, e a trabalharem na indústria.

Até ao início da guerra de 1939–1945 este número haveria de cair consideravelmente, graças à política restritiva francesa, durante a grave crise financeira da década de 30. Desempregados, sem apoio do Governo português — que se recusara a assinar qualquer acordo de trabalho com a França —, com pouca instrução e, em muitos casos, sem dominar a língua, os portugueses são expulsos de França, optam pela naturalização ou regressam voluntariamente a Portugal. Em 1936, o número de cidadãos nacionais registado naquele país é apenas de 28 290, pouco mais de metade dos que ali viviam há apenas cinco anos. Quando a guerra começa e, sobretudo, quando as tropas alemãs invadem a França, em Maio de 1940, estes portugueses são apanhados no olho do furacão. Estão no centro do conflito e nem todos lhe vão escapar.

Com o rebenotar de mais uma guerra brutal na Europa, e depois das tentativas frustradas de 1918 e 1919, o governo francês insiste, de novo, com Salazar para que os dois países assinem um acordo de trabalho. A urgência francesa é

traduzida em vários telegramas enviados para Lisboa da embaixada portuguesa em Paris, mas o documento, prevendo a ida para França de 30 mil trabalhadores portugueses, só acabaria por ser ratificado a 30 de Abril de 1940, e nunca foi posto em prática, graças à invasão alemã que aconteceria poucas semanas depois.

Ainda assim, há milhares de portugueses em território francês quando ali chegam as tropas de Hitler e as consequências da guerra rapidamente começam a cair sobre eles. A 14 de Junho de 1940, com Paris sob fogo alemão e a escassos oito dias da assinatura do armistício entre a Alemanha e a França, a representação diplomática na capital francesa avisa Lisboa que «da colónia portuguesa uma parte abandonou Paris, da que ficou, quase todos operários, procura-se forma de fazer sair aqueles que o desejam». A 6 de Agosto, uma nova mensagem, já proveniente de Vichy, na Zona Livre francesa, envia novos sinais de alerta, sobre as condições de cidadãos nacionais a residir naquele país: «O gerente do consulado em Toulouse veio aqui expor a situação crítica em que se encontram alguns trabalhadores portugueses que foram evacuados da região norte e como estão sem trabalho e na miséria querem regressar imediatamente a Portugal. Rogo que V. Ex.^a se digne a autorizar telegraficamente ao referido funcionário a dar passaporte a esses compatriotas.»

Não são conhecidos números de quantos portugueses terão, então, optado por regressar a casa, mas muitos preferiram continuar em França. Uma decisão que acabaria por ser fatal para alguns deles. Uma das vítimas mais novas dos nazis que encontramos, nascida em Portugal, não foi, contudo, deportada para um campo de concentração a partir da França. Ela vivia com a família na Bélgica, para onde se mudara quando não tinha sequer idade para se lembrar da sua casa em Lisboa.

2

RACHEL BASISTA, DE LISBOA PARA AUSCHWITZ



- ▶ Rachel Basista, em criança, com a mãe, Raizla (pág. 33). Ambas foram deportadas da Bélgica para Auschwitz (pág. 32), onde morreram.



HALT!

STOJ!



Rachel Basista nasceu em Lisboa, a 19 de Outubro de 1928⁶. Os pais, Benjamin e Raizla (tratada como Rosa, em Portugal), eram judeus polacos, mas tinham-se instalado na capital portuguesa há alguns anos. Foi aí que casaram, religiosamente, também no dia 19 de Outubro, mas do ano de 1924, e foi aí que nasceu a única filha do casal. Contudo, Lisboa e a casa na Rua Antero de Quental, onde o alfaiate viveu com a família, não seriam a morada dos Basista por muito tempo.

Em 1929, ainda sem a guerra no horizonte, a família dá o passo que acabaria por marcar a sua morte prematura — abandona Portugal e muda-se para a Bélgica. Entre o casamento dos Basista e o nascimento de Rachel, Portugal passara dos tempos conturbados da I República para a ditadura militar que iria permitir a ascensão de António de Oliveira Salazar. Na Europa, Hitler ainda não chegara ao poder, a Grande Guerra acabara há mais de dez anos e muitos judeus do Leste, incluindo da Polónia, fugiam das purgas soviéticas e instalavam-se na Bélgica. Fosse qual fosse a razão, Lisboa já não parece uma residência adequada

⁶ Os documentos dos arquivos belgas sobre a família Basista não identificam Rachel como portuguesa, atribuindo-lhe a nacionalidade dos pais. Contudo, decidimos incluí-la neste livro por ter nascido em Lisboa, circunstância que, à época, conferia automaticamente a nacionalidade portuguesa, salvo em algumas exceções, nas quais a família Basista não se incluía.

para os Basista que, com uma filha de poucos meses, decidem instalar-se no pequeno país da Europa central.

Há documentos no ficheiro de imigração da família que indicam que Benjamin e a filha chegaram primeiro à Bélgica, em Julho de 1929, viajando directamente de Lisboa, enquanto Raizla só se lhes juntaria no ano seguinte, oriunda da Polónia. Contudo, há outros documentos com informações contraditórias em todo o processo.

Desde logo uma carta de Benjamin, dirigida ao governador da província de Anvers, com a data de 10 de Fevereiro de 1930. Nela, o alfaiate explica que chegara à Bélgica com um passaporte e visto emitidos em Lisboa, e que a 8 de Outubro de 1929 pedira o prolongamento do visto, conseguindo estendê-lo até 27 de Janeiro de 1930. Benjamin pede, agora, que lhe atribuam uma autorização de residência permanente, acrescentando que junta ao processo um certificado de boa conduta, emitido pela polícia portuguesa, a 5 de Novembro último.

Em momento algum Benjamin se refere à filha de poucos meses ou ao facto de ela o acompanhar. Por outro lado, há documentos de Antuérpia precisando que os três membros da família tinham chegado àquela localidade a 27 de Julho de 1929, apesar de Raizla não apresentar a mesma morada que o marido e a filha até 1932.

De qualquer modo, enquanto Benjamin consegue autorização de residência permanente na Bélgica, a 15 de Abril de 1930, em Outubro desse ano, Raizla ainda não tem mais do que um visto de três meses e só a 27 de Abril de 1931, mais de um ano depois do marido, é que consegue o visto permanente para poder, enfim, viver sem sobressaltos na Bélgica.

Esta é uma forma de ver as coisas, já que sossego é tudo o que a família não vai ter, com o passar dos anos e a chegada da guerra.

* * *

A 20 de Setembro de 1941, Rachel está quase a completar 13 anos. É nesse dia que os seus pais se casam pelo civil, em Antuérpia. Moravam, nessa altura, na Ketsstraat, n.º 13, num país que já fora ocupado pelas forças nazis. Apesar de a Bélgica ter declarado a sua neutralidade, a invasão alemã começou a 10 de Maio de 1940 e completar-se-ia com a rendição das forças belgas, a 28 desse mês. A vida nunca mais seria a mesma para Benjamin, Raizla e a pequena lisboeta, Rachel.

A partir de Outubro desse ano, é publicado um conjunto de leis contra os judeus, muito semelhantes às que são postas em prática na França⁷. A 25 de Novembro de

⁷ Ver Capítulo 3.

1941, os alemães criam a Association des Juifs en Belgique (AJB), na qual todos os judeus são obrigados a inscrever-se. Em Maio de 1942 chega a obrigatoriedade de todos os judeus usarem a estrela de David visível no peito. Por esta altura, os últimos capítulos da família Basista estavam a desenrolar-se.

* * *

O primeiro a partir foi Benjamin. Algures entre os meses de Maio e Julho, o antigo alfaiate de Lisboa foi levado com 2250 outros judeus para o Norte de França para que aí, sob a direcção da Organisation Todt, participasse na construção da Muralha Atlântica, que deveria impedir uma invasão das forças aliadas no norte de França. Sem o marido por perto, e com a filha de 13 anos a seu cargo, Raizla apresenta-se voluntariamente na Caserna Dossin, a 22 de Agosto desse ano, quando as duas são convocadas pela AJB através de uma *Arbeitseinsatzbefehelen* [carta de trabalho]. Rachel acompanha-a.

O campo de trânsito de Dossin, em Malines (ou Mechelen), fora o escolhido pelas autoridades para concentrar os judeus que os alemães queriam deportar para o Leste. Entre Julho e Setembro de 1942, cerca de 12 mil cartas idênticas à que Raizla e Rachel receberam foram emitidas.

Nem todos os destinatários responderam, mas mãe e filha obedeceram à convocatória.

Não ficariam muito tempo por ali. Os seus nomes, associados aos números 596 (Raizla) e 597 (Rachel), constam da lista de deportados do transporte VI, que deixou Malines a 29 de Agosto. Dois dias depois, a 31 de Agosto de 1942, chegavam a Auschwitz-Birkenau. Não há registo do que aconteceu a mãe e filha; se sobreviveram durante algum tempo no campo de concentração e extermínio ou se, como acontecia a grande percentagem de mães com crianças, foram enviadas imediatamente para as câmaras de gás. Apenas é dado como certo que as duas morreram no campo.

Sem saber do destino da família, Benjamin é levado, eventualmente, de volta para a Bélgica e para o campo de Dossin. Exactamente dois meses depois da partida de Raizla e Rachel, a 29 de Outubro de 1942, é a vez de Benjamin iniciar a viagem sem regresso em direcção a Auschwitz. É o passageiro 29 da lista de deportados do transporte XVII, que chegaria ao campo em território polaco a 2 de Novembro. Também no seu caso não sobreviveram registos em Auschwitz que permitam perceber se Benjamin foi morto à chegada ou se sobreviveu e durante quanto tempo. Contudo, não é questionado que também ele morreu em Auschwitz.

AUSCHWITZ-BIRKENAU

Quando a família Basista chega a Auschwitz-Birkenau, este já deixara de ser um mero campo de prisioneiros, para se tornar numa verdadeira máquina de extermínio. O campo de concentração de Auschwitz começou a ser instalado em 1940, a três quilómetros da cidade polaca de Oswiecim, aproveitando instalações militares preexistentes. Esta primeira parte do campo, conhecida como Auschwitz I e à qual se acede através do portão com a famosa inscrição *Arbeit Macht Frei* [O trabalho liberta], foi concebida para receber prisioneiros políticos polacos. O primeiro transporte que ali chegou, a 14 de Junho de 1940, era composto por 728 destes prisioneiros, incluindo pouco mais de uma dúzia de judeus. A função e o cenário de Auschwitz iriam, contudo, mudar rapidamente.

Em 1941, o comandante do campo, Rudolf Hoess, que ali permaneceria até finais de 1943, recebeu instruções para ampliar Auschwitz, com o objectivo de receber os judeus destinados à «solução final» nazi. Na sua autobiografia, *Commandant of Auschwitz*, que escreveu na prisão já depois de ter sido condenado à morte (acabaria por ser enforcado em Auschwitz I), Hoess recorda: «No Verão de 1941, [Heinrich] Himmler [comandante das SS] chamou-me a

Berlim para me informar da ordem fatal que previa o extermínio dos judeus de quase todos os cantos da Europa e que faria com que Auschwitz se tornasse no maior matadouro humano que a história já conheceu.»

Começava, assim, a nascer Birkenau (ou Auschwitz II), instalado a poucos quilómetros do primeiro campo e cuja construção obrigou à evacuação e destruição de aldeias polacas. Em 1942, a máquina de matar em que o campo se transformara estava já em pleno funcionamento, mas os planos de expansão continuavam a fazer parte das intenções nazis.

Birkenau estava subdividido em diversos campos e a linha ferroviária terminava no seu interior, o que permitia fazer uma selecção imediata dos prisioneiros. O prolongar do conflito, a extensão desmesurada das várias frentes de batalha — a Ocidente, em África e no Leste — e a falta de mão-de-obra para manter a funcionar a economia de guerra fazem com que a exterminação generalizada dos judeus surja como um «desperdício» de braços necessários para o trabalho forçado. Rudolf Hoess, na sua autobiografia, escreve: «Com a chegada do primeiro transporte de judeus alemães, foi dada a ordem para que todos os que estivessem em condições de trabalhar, homens ou mulheres, fossem segregados e utilizados no esforço de guerra».

O pedaço de terra em Birkenau, junto ao local onde os comboios paravam e que ficou conhecido como a «rampa», é o cenário de selecções mais ou menos arbitrárias, feitas no momento em que os prisioneiros descem dos vagões. Abandonadas as bagagens de todos, com a promessa nunca cumprida de que mais tarde seriam devolvidas, os que eram seleccionados para a morte eram encaminhados para uma das quatro câmaras de gás acopladas a crematórios, com a desculpa de que iriam tomar banho e ser desinfectados antes de se reunirem com os seus familiares.

Na antessala da câmara de gás, outros prisioneiros seleccionados para o efeito, que integravam o chamado *Sonderkommando*, ajudavam os condenados a despirem-se, indicando-lhes que recordassem o local exacto onde deixavam as roupas, para depois as poderem recolher. Eram eles que depois carregavam os corpos para os crematórios e retiravam jóias e dentes de ouro que seriam guardados pelos nazis. Os cabelos das mulheres eram também cortados, para serem posteriormente transformados em tecido ou enchimento de colchões. Quando o número de mortos era superior à capacidade dos crematórios, os corpos eram queimados ao ar livre. A única intervenção dos alemães nesta máquina montada com precisão era a introdução, nas condutas disfarçadas de chuveiros, do gás *Zyklon B*, cujo

uso foi introduzido por Hoess e os seus homens. É para este inferno que os Basista são transportados.

A destruição sistemática e premeditada dos registos dos prisioneiros do campo torna praticamente impossível saber quantas pessoas, na sua maioria judeus, foram assassinadas em Auschwitz, mas os números geralmente aceites flutuam entre um milhão e meio e três milhões.

Além das duas partes principais do campo, Auschwitz, tal como os outros campos de concentração nazis, era o epicentro de dezenas de pequenos subcampos, onde os prisioneiros eram forçados a trabalhar. Em Auschwitz, o mais importante destes subcampos era o de Buna-Monowitz, que abriu em 1942, nos terrenos da fábrica de borracha sintética e combustível Buna-Werke, e que no ano seguinte passou a ter um comandante próprio, tornando-se, pela sua importância, em Auschwitz III.

Nos registos do campo que sobreviveram à guerra não aparecem os nomes da família Basista, o que não é de estranhar, uma vez que, depois de terem cessado as acções de extermínio no campo, ainda em 1944, a aproximação das tropas russas, em Janeiro de 1945, leva os alemães a procurarem apagar as provas dos crimes cometidos em Auschwitz, queimando documentos, fazendo explodir os crematórios e pegando fogo ao bloco onde eram guardados os bens

dos prisioneiros, conhecido como «Canadá». Milhares de prisioneiros foram forçados a integrar as chamadas «marchas da morte», com destino a outros campos, enquanto outros foram assassinados. O Exército Vermelho entrou em Auschwitz a 27 de Janeiro de 1945, encontrando apenas cerca de sete mil prisioneiros.

Dos registos que foi possível salvar consta apenas o nome de um português, o do judeu Michael Fresco que, tal como Rachel, nasceu em Lisboa e, tal como a família Basista, emigrou para o centro da Europa. A guerra e os nazis apanharam-no em Nantes, na França.

TODA A VERDADE SOBRE OS PORTUGUESES DEPORTADOS PARA OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZIS.

Portugal adoptou uma posição neutral durante a Segunda Guerra Mundial, mas isso não significa que os seus cidadãos se tenham mantido à margem do conflito que devastou a Europa pela segunda vez no mesmo século, depois da guerra de 1914-1918.

Ao mesmo tempo que, no território nacional, se desenvolviam as contradições de uma política espartilhada entre alguma simpatia por Adolf Hitler e a antiga amizade com Inglaterra, com Salazar a fazer tudo para manter o país fora do conflito, os portugueses que tinham emigrado para França sentiam na pele os efeitos da ocupação, dos bombardeamentos e das prisões. Enquanto Lisboa era solo fértil para os espões, e os refugiados que conseguiam ultrapassar os entraves da política salazarista aguardavam por um barco que os levaria para outros destinos, havia portugueses a juntarem-se à Resistência ou a serem apanhados em buscas a aldeias francesas, que culminavam na detenção de todos os homens que não fossem jovens ou velhos demais para trabalhar a favor do esforço de guerra alemão.

ENQUANTO PORTUGAL ERA PALCO DE TROCAS DE PRISIONEIRO DE GUERRA, ALGUNS PORTUGUESES DESAPARECIAM NO SISTEMA DE CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZIS.

Este livro precioso resulta de uma investigação que deu também origem à reportagem homónima publicada em 2014 pelo jornal *Público*, vencedora, entre outros, do prémio Melhor Reportagem Multimédia, atribuído nesse ano pelo Observatório do Ciberjornalismo. O objectivo dessa reportagem foi, em primeiro lugar, descobrir se tinham existido portugueses nos campos de concentração e, em segundo, confirmada a sua existência, contar as suas histórias.

Este é um trabalho fundamental, que dá a conhecer factos inéditos sobre os portugueses que, nascidos de norte a sul do país, tiveram passagem, muitas vezes fatal, pelos infames campos disseminados pelo nazismo.

INCLUI FOTOGRAFIAS DE NELSON GARRIDO



Veja o vídeo de
apresentação
deste livro.

www.vogais.pt

v o g a i s
com todas as letras

20 20 Editora

ISBN 978-989-8086-73-0



9 789898 086730

História